

PROJETO DE LEI N.º 3.555, DE 2004

(do Dep. José Eduardo Cardozo)

Estabelece normas gerais em contratos de seguro privado e revoga dispositivos do Código Civil, do Código Comercial e do Decreto-Lei nº 73 de 1966.

EMENDA N.º

Suprima-se o § 1º do art. 96, reordenando-se os demais, e altere-se a redação do *caput*, passando o dispositivo a ter a seguinte redação:

Art. 96. É lícito contratar o seguro a valor de novo.

§ 1º É lícito convencionar a reposição ou reconstrução paulatina com pagamentos correspondentes.

§ 2º O segurado não será prejudicado quando impossível a reconstrução ou a reposição.

§ 3º Nos seguros de que trata este artigo não são admitidas cláusulas de rateio.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 96 do SLS restringe as situações em que é possível contratar o seguro do tipo “a valor de novo”. Alteramos o dispositivo para alargar a possibilidade de negócios com esse tipo de seguro, que fica ao critério dos interessados. Assim, cai também o parágrafo 1º que tem a seguinte redação: “§ 1º A parte da indenização que sobejar o valor de avaliação do bem no momento do sinistro somente será devida após sua reposição ou reconstrução.” Os demais parágrafos são renumerados.

Sala das Comissões, de maio de 2010

Deputado MOREIRA MENDES
PPS/RO